



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

PORTARIA N. 437/2022

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**, Desembargadora Waldirene Cordeiro, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo regramento contido no art. 16, II, da Lei Complementar Estadual nº 221/2010 c/c o art. 361, I, do Regimento Interno e,

CONSIDERANDO o teor da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2020, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216, todos da Constituição Federal; altera a Lei Federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei Federal nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei Federal nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução nº 215, de 16 de dezembro de 2015 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe, no âmbito do Poder Judiciário, sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei Federal 12.527, de 18 de novembro de 2011, e

CONSIDERANDO a necessidade contínua do aprimoramento da gestão pública, mediante a criação de mecanismos que garantam a efetividade das ações de transparências,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a política de aprimoramento da transparência do Poder Judiciário do Estado do Acre.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Art. 2º O objetivo da política de aprimoramento da transparência é assegurar a identificação dos itens de informações exigidos pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2020, pela Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, pela Resolução CNJ nº 215/2015 e demais atos normativos, vinculando-os com a unidade administrativa responsável, a periodicidade de atualização, o ato normativo vinculante e a servidora e o servidor responsável pelo lançamento da informação.

§1º O Anexo I corresponde aos itens exigidos pelos indicadores do ranking da transparência.

§ 2º O Anexo II corresponde aos itens gerais de acesso à informação.

Art. 3º O portal da transparência do Poder Judiciário do Estado do Acre, atualmente, é composto por 04 (quatro) eixos: governança, administração, gestão de pessoas e acesso à informação.

§1º O programa «ranking da transparência» do Conselho Nacional de Justiça e as informações gerais estão contidas no eixo acesso à informação.

§2º O programa «e-Prevenção» do Tribunal de Contas da União terá campo específico no eixo de acesso à informação.

Art. 4º As diretorias e os setores administrativos identificados nos anexos serão responsáveis pela correta alimentação das informações, devendo ser observada a periodicidade da atualização.

Parágrafo único. A Diretora e o Diretor responsável nomeará um servidor para realizar a alimentação das informações de transparência.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Art. 5º O Gabinete do Juiz Auxiliar da Presidência - GAAUX, a Diretoria de Gestão Estratégica - DIGES e o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica - NUEGE, deverão se reunir sempre que houver alterações da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, da Resolução CNJ nº 215/2015 ou de qualquer ato normativo que impacte em informações de transparência.

Parágrafo único. As deliberações tomadas em reuniões serão consignadas em atas e promovida a atualização dos Anexos I e II, quando necessário.

Art. 6º Competirá à Unidade de Auditoria Interna - AUDIN, inserir no plano anual de auditoria a análise de conformidade da alimentação das informações de transparência.

Art. 7º A Comissão Gestora do Sítio Eletrônico - COSIT terá o prazo de 30 (trinta) dias para promover a atualização e modernização da página do campo da transparência.

Art. 8º Os efeitos desta Portaria entram em vigor a partir de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Rio Branco-AC, 17 de março de 2022.

Desembargadora **Waldirene Cordeiro**
Presidente

Publicado no DJE nº 7.028, de 21.3.2022, p. 120-121.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

ANEXO I
RANKING DA TRANSPARÊNCIA

Item	Descrição do item	Link da página	Unidade responsável	Periodicidade de atualização	Ato normativo
1	Item 1: Objetivos estratégicos, metas e indicadores? (DIGES)	https://www.tjac.jus.br/adm/gestao-estrategica/planejamento-estrategico-2021-2026/	DIGES	Biênio	Resolução TPADM Nº 259/2021
2	Item 2: Os resultados alcançados pelo órgão? (DIGES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-rae	DIGES	Biênio	Resolução TPADM Nº 259/2021
3	Item 3: O registro das competências e responsabilidades do órgão? (DIINS)	https://www.tjac.jus.br/sigan/?tax=tipo_sigan-regimentos	DIINS	Anual	Resolução Nº 52/2021
4	Item 4: Estrutura organizacional, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as unidades? (DIINS)	https://www.tjac.jus.br/adm/estrutura-organizacional/	DIINS	Anual	Lei Complementar Nº 221/2010
5	Item 5: Os atos normativos expedidos pelo órgão? (DIINS)	https://www.tjac.jus.br/legislacao	DIINS	Semanal	Resolução Nº 52/2021
6	Item 6: Os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos? (DIGES)	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/acesso-a-informacao/projetos-acoas-e-programas/	DIGES	Anual	Resolução CNJ 325/2020
7	Item 7: Os levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão, conforme glossários e indicadores da Resolução CNJ nº 76/2009? (NUEGE)	https://www.tjac.jus.br/jusplan2.0/	NUEGE	NA	NA
8	Item 8: O site dispõe de mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e processos administrativos instaurados que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo? (DIINS)	https://sei.tjac.jus.br/	DIINS	NA	NA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

9	Item 9: As audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular? (DIINS)	https://www.tjac.jus.br/2020/07/justica-acreana-disponibiliza-pesquisa-de-satisfacao-para-avaliar-desempenho-dos-servicos-prestados-2/	DIINS	NA	Notícia
10	Item 10: O calendário das sessões colegiadas? (DIJUD)	http://esaj.tjac.jus.br/cposg/pcpoOrgaosJulgadores.jsp	DIJUD	NA	NA
11	Item 11: A Pauta de Julgamentos? (DIJUD)	http://esaj.tjac.jus.br/cposg/pcpoOrgaosJulgadores.jsp	DIJUD	NA	NA
12	Item 12: O site possibilita a transmissão ao vivo das sessões dos órgãos colegiados do tribunal ou conselho? (DITEC)	https://www.tjac.jus.br/servicos/sesoes-on-line/	DITEC	Semanal	Resolução Nº 52/2021
13	Item 13: O vídeo da sessão dos órgãos colegiados é disponibilizado para acesso? (DITEC)	https://www.tjac.jus.br/tribunal/jurisdicional/sesoes-on-line/	DITEC	Semanal	Resolução Nº 52/2021
14	Item 14: A Ata das sessões dos órgãos colegiados? (DIJUD)	https://www.tjac.jus.br/tribunal/jurisdicional/presenca-em-plenario/	DIJUD	Anual	Resolução Nº 52/2021
15	Item 15: A presença em Plenário? (DIJUD)	https://www.tjac.jus.br/tribunal/jurisdicional/presenca-em-plenario/	DIJUD	Anual	Resolução Nº 52/2021
16	Item 16: A Pauta das reuniões de Comissões e respectivos resultados e atas? (SEAPO)	https://www.tjac.jus.br/tribunal/comissoes-permanentes/atas-e-deliberacoes/	SEAPO	Anual	Resolução Nº 52/2021
17	Item 17: Telefone das respectivas unidades? (DIINS)	https://www.tjac.jus.br/adm/enderecos-e-telefones/	DIINS	Mensal	Portaria Nº 648/2021
18	Item 18: Horários de atendimento ao público? (DIINS)	https://www.tjac.jus.br/comarcas/atendimento-ao-publico/	DIINS	Mensal	Portaria Conjunto Nº 35/2021
19	Item 19: O campo denominado "Serviço de Informações ao Cidadão" na página inicial? (OUVID)	https://www.tjac.jus.br/	OUVID	NA	NA
20	Item 20: O sítio eletrônico tem uma dimensão denominada "Carta de Serviços ao Cidadão"? (OUVID)	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/acesso-a-informacao/carta-de-servicos-ao-cidadao/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011
21	Item 21: Há indicação do órgão ou unidade orgânica responsável pelo SIC? (OUVID)	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

22	Item 22: Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) a que o cidadão possa entregar pessoalmente o pedido de acesso a informações? (OUVID)	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011
23	Item 23: Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no qual o cidadão possa enviar pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)? (OUVID)	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011
24	Item 24: O site indica a possibilidade de acompanhamento posterior do pedido de acesso à informação? (OUVID)	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011
25	Item 25: As Respostas a Perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)? (OUVID)	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011
26	Item 26: Relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes? (OUVID)	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/relatorios-ouvidoria/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011
27	Item 27: O site disponibiliza serviço que permita o registro de denúncias e reclamações?(OUVID)	https://www.tjac.jus.br/destaques/disque-corruptao/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011
28	Item 28: O site disponibiliza serviço que permita o acompanhamento de denúncias e reclamações? (OUVID)	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011
29	Item 29: O site disponibiliza avaliação do serviço de registro de denúncias e reclamações? (OUVID)	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011
30	Item 30: O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e/ou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PD TIC)? (DITEC)	https://g2tic.tjac.jus.br/pdtic/	DITEC	NA	NA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

31	Item 31: O Plano Orçamentário de TIC? (DITEC)	https://g2tic.tjac.jus.br/orcamento/	DITEC	NA	NA
32	Item 32: O portal (sítio) institucional do órgão contém área para pesquisa de conteúdo que permita o acesso a informação de interesse coletivo ou geral? (DITEC)	https://www.tjac.jus.br/	DITEC	NA	NA
33	Item 33: O portal institucional possibilita a extração de relatórios em diversos formatos eletrônicos, preferencialmente abertos, e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV, RTF), de modo a facilitar a análise das informações? (DITEC)	https://transp-serv.tjac.jus.br/rhsysportaltransp/#!/relacaoservidores	DITEC	NA	NA
34	Item 34: O portal (sítio) institucional possibilita o acesso automatizado por sistemas externos (ex: webservices ou api's) em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina? (DITEC)	https://transp-serv.tjac.jus.br/rhsysportaltransp/#!/relacaoservidores	DITEC	NA	NA
35	Item 35: O portal (sítio) institucional permite o acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência, em atendimento ao estabelecido pela ENTIC-JUD (Resolução CNJ no 211/2015, art. 20, § 1º, VI), a qual dispõe sobre o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. (DITEC)	https://www.tjac.jus.br/servicos/acessibilidade/	DITEC	Anual	Lei Nº 13.146
36	Item 36: Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo I da Resolução CNJ no 102/2009? (DIFIC)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoI	DIFIC	Semestral	Resolução COJUS Nº 52/2021
37	Item 37: Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo II da Resolução CNJ no 102/2009? (DIFIC)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoII	DIFIC	Semestral	Resolução COJUS Nº 52/2021
38	Item 38: A íntegra da Lei Orçamentária ou do quadro de detalhamento da despesa com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição? (DIGES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-qdd	DIGES	Anual	Resolução CNJ Nº 195



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

39	Item 39: O Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo graus de jurisdição? (DIFIC)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-qdd	DIFIC	Anual	Resolução COJUS Nº 52/2021
40	Item 40: O "Relatório de Gestão Fiscal"? (DIFIC)	https://www.tjac.jus.br/demonstrativos-lei-de-responsabilidade-fiscal/	DIFIC	Anual	Resolução COJUS Nº 52/2021
41	Item 41: O mapa anual dos precatórios? (SEPRE)	https://www.tjac.jus.br/adm/sepre/mapa-anual-de-precatórios/	SEPRE	Anual	Resolução CNJ nº 303/2019
42	Item 42: No site a relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação? (DIFIC)	https://www.tjac.jus.br/licitacoes/extratos-de-contrato/	DIFIC	Anual	Resolução COJUS Nº 52/2021
43	Item 43: A íntegra dos "Estudos Técnicos Preliminares da Contratação", desde que não tenha sido considerada sigilosa? (DILOG)	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021
44	Item 44: A íntegra da Informação conclusiva sobre o "Valor Estimado da Licitação", desde que não tenha sido considerado sigiloso? (DILOG)	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021
45	Item 45: A íntegra dos editais de licitação com os respectivos anexos (o anexo do edital inclui projeto básico ou termo de referência, minuta da ata de registro de preços, quando for o caso, e minuta de contrato)? (DILOG)	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021
46	Item 46: A íntegra dos questionamentos apresentados entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública? (DILOG)	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021
47	Item 47: A íntegra das impugnações apresentadas entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública? (DILOG)	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021
48	Item 48: O nome do vencedor da licitação? (DILOG)	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

49	Item 49: A íntegra dos contratos firmados? (DILOG)	https://www.tjac.jus.br/contratos/?tax=tipoc-vigente	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021
50	Item 50: A íntegra dos Termos Aditivos assinados? (DILOG)	https://www.tjac.jus.br/contratos/?tax=tipoc-vigente	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021
51	Item 51: A íntegra do Projeto Básico, Termo de Referência e documento similar, desde que não tenha sido considerado sigiloso? (DILOG)	https://www.tjac.jus.br/licitacoes/dispensa-de-licitacao/	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.
52	Item 52: A íntegra dos atos de reconhecimento e ratificação da dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que não tenha sido considerado sigiloso? (DILOG)	https://www.tjac.jus.br/licitacoes/dispensa-de-licitacao/	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021
53	Item 53: O órgão publica no site a íntegra dos instrumentos de cooperação (convênios, termos de cooperação, de compromisso, protocolo de intenções, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres) vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação? (DIGES)	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/convenios/	DIGES	Anual	Resolução COJUS Nº 52/2021
54	Item 54: O Anexo III-a da Resolução CNJ no 102/2009? (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiii	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
55	Item 55: O Anexo III-b da Resolução CNJ no 102/2009? (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiii	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
56	Item 56: O Anexo III-c da Resolução CNJ no 102/2009? (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiii	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
57	Item 57: Alínea "a" (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
58	Item 58: Alínea "b" (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
59	Item 59: Alínea "c" (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
60	Item 60: Alínea "d" (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

61	Item 61: Alínea "e" (Não se aplica aos TRE's) (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
62	Item 62: Alínea "f" (Não se aplica aos TRE's) (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
63	Item 63: Alínea "g" (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
64	Item 64: Alínea "h"	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
65	Item 65: O Anexo V da Resolução CNJ no 102/2009? (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexov	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
66	Item 66: O Anexo VI da Resolução CNJ no 102/2009? (DILOG)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexovi	DRVAG	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
67	Item 67: O Anexo VII da Resolução CNJ no 102/2009? (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexovii/	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
68	Item 68: Semestralmente, a Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), na qual constem todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos servidores, cargos efetivos, cargos em comissão e funções ocupadas? (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-tlp	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
69	Item 69: A relação de membros e servidores que se encontram afastados para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública? (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/servidores-em-outros-orgaos/	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
70	Item 70: A remuneração e os proventos de membros, servidores, ativo, aposentado, pensionista e colaboradores? (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/resolucao-102/	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009
71	Item 71: Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do favorecido, além da data, o destino, o motivo da viagem e o valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos? (DIFIC – DIÁRIAS) – (DILOG – PASSAGEM)	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/relatorio-de-passagens/	DIFIC DILOG	Mensal	Resolução COJUS Nº 52/2021



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

72	Item 72: O tribunal divulga os nomes dos servidores que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral? (DIPES)	https://www.tjac.jus.br/teletrabalho/	DIPES	Mensal	Resolução CNJ Nº227/2016
73	Item 73: O tribunal divulga na internet a relação dos profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos? (DIINS)	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos/	DIINS	Semestral	Resolução CNJ Nº 233/2016
74	Item 74: Prestações de contas ou relatório de gestão do ano anterior? (AUDIN)	https://www.tjac.jus.br/adm/audin/relatorios-circunstanciados-tce/	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC Nº 255 de 2021; Resolução CNJ Nº 309 de 2020; Lei Nº 4.320 de 1964; Lei Complementar Nº101 de 2000; Resolução TCE/AC Nº 87/2013
75	Item 75: Relatório, Certificado de Auditoria, Parecer do Órgão de Controle Interno e pronunciamento do presidente do tribunal ou conselho? (AUDIN)	https://www.tjac.jus.br/adm/audin/relatorios-circunstanciados-tce/	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC Nº 255 de 2021; Resolução CNJ Nº 309 de 2020; Lei Nº 4.320 de 1964; Lei Complementar Nº101 de 2000; Resolução TCE/AC Nº 87/2013
76	Item 76: Publicação da decisão quanto à regularidade das contas proferida pelo Órgão de Controle Externo? (AUDIN)	https://www.tjac.jus.br/adm/audin/acompanhamento-dos-processos-no-tce/	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC Nº 255 de 2021; Resolução CNJ Nº 309 de 2020; Lei Nº 4320 de 1964; Lei Complementar Nº 101 de 2000;



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

					Resolução TCE/AC Nº 87 de 2013
77	Item 77: Plano Anual de Auditoria? (AUDIN)	https://www.tjac.jus.br/adm/audin/plano-anual-de-auditoria/	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC Nº 255 de 2021; Resolução CNJ Nº 309 de 2020
78	Item 78: O Plano de Logística Sustentável (PLS)? (NUSAP)	https://www.tjac.jus.br/adm/nucleo-socioambiental-permanente/plano-de-logistica-sustentavel/	NUSAP	Anual	Resolução TPADM Nº 258/2021
79	Item 79: Os planos de ação do PLS?(NUSAP)	https://www.tjac.jus.br/adm/nucleo-socioambiental-permanente/plano-de-logistica-sustentavel/	NUSAP	Anual	Resolução TPADM Nº 258/2021
80	Item 80: Os Relatórios anuais de desempenho do PLS?(NUSAP)	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-rsa	NUSAP	Anual	Resolução TPADM Nº 258/2021
81	Item 81: O tribunal/conselho utiliza intérprete de linguagem brasileira de sinais em manifestações públicas?(DIINS)	https://www.youtube.com/watch?v=PdnUh6bhYJY	DIINS	NA	NA
82	Item 82: O tribunal/conselho utiliza legenda em manifestações públicas? (DIINS)	https://www.instagram.com/tv/CN2YdrPhUV7/	DIINS	NA	NA
83	Item 83: O tribunal/conselho utiliza audiodescrição em manifestações públicas? (DIINS)	https://www.instagram.com/p/CNsaLwqhYJ5/	DIINS	NA	NA



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

ANEXO I
RANKING DA TRANSPARÊNCIA
(Alterado pela Portaria PRESI n. 571, de 1.6.2022)

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
1	Gestão	1—Objetivos estratégicos, metas e indicadores?	Art. 6º, I, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/adm/gestao-estrategica/planejamento-estrategico-2021-2026/	DIGES	Biênio	Resolução TPADM Nº 259/2021	
2	Gestão	2—Os resultados alcançados pelo órgão?	Art. 6º, I, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-rae	DIGES	Biênio	Resolução TPADM Nº 259/2021	
3	Gestão	3—O registro das competências e responsabilidades do órgão?	Art. 6º, I, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/wp-content/uploads/2022/03/Regimento_Interno_TJAC.pdf	DIINS	Anual	Resolução Nº 52/2021	
4	Gestão	4—Estrutura organizacional, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as unidades?	Art. 6º, II, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/adm/estrutura-organizacional/	DIINS	Anual	Lei Complementar Nº 221/2010	105



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
5	Gestão	5—Os atos normativos expedidos pelo órgão?	Art. 6º, V, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/legislacao	DIINS	Semanal	Resolução Nº 52/2021	
6	Gestão	6—Os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?	Boas práticas	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/acesso-a-informacao/projetos-acoes-e-programas/	DIGES	Anual	Resolução CNJ 325/2020	106
7	Gestão	7—Os levantamentos estatísticos sobre a atuação do órgão, conforme glossários e indicadores da Resolução CNJ no 76/2009?	Art. 6º, IV, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/estatistica/	NUEGE	NA	NA	
8	Gestão	8—O site dispõe de mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e processos administrativos instaurados que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo?	Art. 6º, IX, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://sei.tjac.jus.br/	DIINS	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
9	Audiências e Sessões	9—As audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular?	Art. 9º, II, da Lei nº 9.527/2011.	https://www.tjac.jus.br/adm/gestao-estrategica/gestao-participativa	DIINS	NA	Notícia	129,3
10	Audiências e Sessões	10—O calendário das sessões colegiadas?	Art. 6º, VI, da Resolução CNJ nº 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/tribunal/jurisdictio nal/pautas-de-julgamentos/	DIJUD	NA	NA	
11	Audiências e Sessões	11—A pauta de julgamentos?	Art. 7º, V, da Lei nº 12.527/2011.	http://esaj.tjac.jus.br/cposg/pcpoOrgaos Julgadores.jsp	DIJUD	NA	NA	
12	Audiências e Sessões	12—O site possibilita a transmissão ao vivo, pela internet, das sessões dos órgãos colegiados do tribunal ou conselho?	Art. 22 da Resolução CNJ nº 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/tribunal/jurisdictio nal/sessoes-on-line/	DITEC	Semanal	Resolução Nº 52/2021	
13	Audiências e Sessões	13—O vídeo da sessão dos órgãos colegiados é disponibilizado para acesso?	Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ nº 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/tribunal/jurisdictio nal/sessoes-on-line/	DITEC	Semanal	Resolução Nº 52/2021	
14	Audiências e Sessões	14—A ata das sessões dos órgãos colegiados?	Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ nº 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/tribunal/jurisdictio nal/presenca-em-plenario/	DIJUD	Anual	Resolução Nº 52/2021	107



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
15	Audiências e Sessões	15 – A presença em Plenário?	Art. 8º da Lei nº 12.527/2011.	https://www.tjac.jus.br/tribunal/jurisdictio nal/presenca-em-plenario/	DIJUD	Anual	Resolução Nº 52/2021	107
16	Audiências e Sessões	16 – A pauta das reuniões de comissões e respectivos resultados e atas?	Art. 7º, V, da Lei nº 12.527/2011.	https://www.tjac.jus.br/tribunal/comisso es-permanentes/atas-e-deliberacoes/	SEAPO	Anual	Resolução Nº 52/2021	107
17	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	17 – Telefone das respectivas unidades?	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/adm/enderecos-e-telefones/	DIINS	Mensal	Portaria Nº 648/2021	105
18	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	18 – Horários de atendimento ao público?	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/comarcas/atendi mento-ao-publico/	DIINS	Mensal	Portaria Conjunto Nº 35/2021	105
19	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	19 – O campo denominado ‘Serviço de Informações ao Cidadão’ na página inicial?”	Art. 7º da Resolução CNJ nº 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/	OUVID	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
20	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	20— O sítio eletrônico tem uma dimensão denominada "Carta de Serviços ao Cidadão"?	Lei no 13.460/2017, art. 7º.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/acesso-a-informacao/carta-de-servicos-ao-cidadao/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	110
21	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	21— Há indicação do órgão ou unidade orgânica responsável pelo SIC?	Art. 10 da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
22	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	22— Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) a que o cidadão possa entregar pessoalmente o pedido de acesso a informações?	Art. 10 da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
23	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	23— Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no qual o cidadão possa enviar pedidos de informação	Art. 10 da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
		de forma eletrônica (e-SIC)?						
24	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	24 – O site indica a possibilidade de acompanhamento posterior do pedido de acesso à informação?	Art. 9º, I, alínea "b", e art. 10, § 2º, da Lei nº 12.527/2011.	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
25	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	25 – As Respostas a Perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)?	Art. 6º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
26	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	26 – Relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	Art. 41, III, da Resolução CNJ nº 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/relatorios-ouvidoria/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
27	Ouvidoria	27 – O site disponibiliza serviço que permita o registro de denúncias e reclamações?	Resolução CNJ nº 432/2021, art. 5º.	https://www.tjac.jus.br/destaques/disque-e-corruptao/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
28	Ouvidoria	28—O site disponibiliza serviço que permita o acompanhamento de denúncias e reclamações?	Resolução CNJ no 432/2021, art. 5o.	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
29	Ouvidoria	29—O site disponibiliza avaliação do serviço de registro de denúncias e reclamações?	Resolução CNJ no 432/2021, art. 5o.	https://www.tjac.jus.br/ouvidoria/	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
30	Tecnologia da Informação e Comunicação	30—O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação-PDTIC, vigente?	Art. 6o, da Resolução CNJ no 370/2021.	https://g2tic.tjac.jus.br/pdtic/	DITEC	NA	NA	
31	Tecnologia da Informação e Comunicação	31—O Órgão publica o Plano de Contratações de Soluções de TIC, vigente?	Arts. 6o e 7o, da Resolução CNJ no 182/2013. Resolução CNJ no 370/2021.	https://g2tic.tjac.jus.br/plano-de-contratacao/	DITEC	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
32	Tecnologia da Informação e Comunicação	32—O Órgão possui Painel com Informações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação, que permitam a extração de dados públicos?	Art. 33, inciso V, da Resolução CNJ no 370/2021.	https://transp-serv.tjac.jus.br/rhsysportaltransp/#!/relacaoservidores	DITEC	NA	NA	
33	Tecnologia da Informação e Comunicação	33—O portal institucional possibilita a extração de relatórios em diversos formatos eletrônicos, preferencialmente abertos, e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV, RTF), de modo a facilitar a análise das informações?	Art. 6º, § 4º, II, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://transp-serv.tjac.jus.br/rhsysportaltransp/#!/relacaoservidores	DITEC	NA	NA	
34	Tecnologia da Informação e Comunicação	34—O portal (sítio) institucional possibilita o acesso automatizado por sistemas externos (ex: webservices ou api's) em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina?	Art. 6º, § 4º, III, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://transp-serv.tjac.jus.br/rhsysportaltransp/#!/relacaoservidores	DITEC	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
35	Tecnologia da Informação e Comunicação	35— O portal (sítio) institucional permite o acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência, em atendimento ao estabelecido pela ENTIC-JUD (art. 19, da Resolução CNJ no 370/2021) a qual dispõe sobre o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico?	Art. 6º, § 4º, VIII, da Resolução CNJ no 215/2015; art. 8º, § 3º, VIII, da Lei no 12.527/11; art. 17 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo no 186, de 9 de julho 2008.	https://www.tjac.jus.br/servicos/acessibilidade/	DITEC	Anual	Lei Nº 13.146	
36	Gestão Orçamentária	36— Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo I da Resolução CNJ no 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ no 215/2015, c/c a Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoI	DIFIC	Semestral	Resolução COJUS Nº 52/2021.	117,118,119



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
37	Gestão Orçamentária	37— Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo II da Resolução CNJ no 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ no 215/2015, c/c a Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoii	DIFIC	Semestral	Resolução COJUS Nº 52/2021.	117,118,119, 122
38	Gestão Orçamentária	38— A íntegra da lei orçamentária ou do quadro de detalhamento da despesa com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição? (Não se aplica aos TRES, TSE, CSJT, CNJ)	Art. 4º, II, da Resolução CNJ no 195/2014.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-qdd	DIGES	Anual	Resolução CNJ Nº 195	124
39	Gestão Orçamentária	39— O Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas com o primeiro e o segundo graus de jurisdição? (Não se aplica aos TRES, TSE, CSJT, CJF, CNJ e STJ)	Art. 9º da Resolução CNJ no 195/2014.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-qdd	DIFIC	Anual	Resolução COJUS Nº 52/2021.	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
40	Gestão Orçamentária	40—O ‘Relatório de Gestão Fiscal’? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 55, § 2º, da Lei de Responsabilidade de Fiscal.	https://www.tjac.jus.br/demonstrativos-lei-de-responsabilidade-fiscal/	DIFIC	Anual	Resolução COJUS Nº 52/2021.	121, 123
41	Gestão Orçamentária	41—O mapa anual dos precatórios? (Não se aplica aos TREs, STM, TSE, CJF, CSJT, CNJ)	§ 1º do art. 85 da Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2019	https://www.tjac.jus.br/adm/sepre/mapa-anual-de-precatórios/	SEPRE	Anual	Resolução CNJ nº 303/2019	
42	Gestão Orçamentária	42—No site a relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	Art. 128 da Lei nº 13.898/2019.	https://www.tjac.jus.br/licitacoes/extratos-de-contrato/	DIFIC	Anual	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
43	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	43—A íntegra dos ‘Estudos Técnicos Preliminares da Contratação’, desde que não tenha sido considerada sigilosa?	Acórdão TCU nº 2622/2015—TCU—Plenário.	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
44	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	44—A íntegra do Mapa Comparativo de Preços, documento que contém a informação conclusiva sobre o ‘Valor Estimado da Licitação’, desde que	Acórdão TCU nº 2622/2015—Plenário.	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
		não tenha sido considerada sigiloso?						
45	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	45— A íntegra dos editais de licitação com os respectivos anexos (o anexo do edital inclui projeto básico ou termo de referência, minuta da ata de registro de preços, quando for o caso, e minuta de contrato)?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015— Plenário.	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	125, 126, 127
46	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	46— A íntegra dos questionamentos apresentados entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015— Plenário.	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
47	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	47— A íntegra das impugnações apresentadas entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015— Plenário.	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
48	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	48— O nome do vencedor da licitação?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015— Plenário.	https://www.tjac.jus.br/licit/?tax=classificacao-anterior	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
49	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	49— A íntegra dos contratos firmados?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015— Plenário.	https://www.tjac.jus.br/contratos/?tax=tipoc-vigente	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	128
50	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	50— A íntegra dos instrumentos que substituem o contrato?	Art. 62 da Lei 8.666/1993, os art. 91 e 95 da Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 12.527/2011	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/dispensa-e-inexigibilidade-de-licitacao/	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
51	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	51—A íntegra dos Termos Aditivos assinados?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015—Plenário.	https://www.tjac.jus.br/contratos/?tax=tipoc-vigente	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
52	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	52—A íntegra do Projeto Básico, Termo de Referência e documento similar, desde que não tenha sido considerado sigiloso?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015—Plenário.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/dispensa-e-inexigibilidade-de-licitacao/	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
53	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	53—A íntegra da autorização da dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que não tenha sido considerado sigiloso?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015—Plenário.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/dispensa-e-inexigibilidade-de-licitacao/	DILOG	Semanal	Resolução COJUS Nº 52/2021.	
54	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	54—O órgão publica no site a íntegra dos instrumentos de cooperação (convênios, termos de cooperação, de compromisso, protocolo de intenções, acordos de cooperação	Art. 129 da Lei nº 13.242/2015.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/convenios/	DIGES	Anual	Resolução COJUS Nº 52/2021.	115



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
		técnica e outros instrumentos congêneres) vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?						
55	Gestão de Pessoas	55 – O Anexo III-a da Resolução CNJ no 102/2009?	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiii	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
56	Gestão de Pessoas	56 – O Anexo III-b da Resolução CNJ no 102/2009?	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiii	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
57	Gestão de Pessoas	57 – O Anexo III-c da Resolução CNJ no 102/2009?	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiii	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
58	Gestão de Pessoas	58 – Alínea “a”	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
59	Gestão de Pessoas	59 – Alínea “b”	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
60	Gestão de Pessoas	60 – Alínea “c”	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
61	Gestão de Pessoas	61 – Alínea “d”	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
62	Gestão de Pessoas	62 – Alínea “e” (Não se aplica aos TRE's e TSE)	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
63	Gestão de Pessoas	63 – Alínea “f” (Não se aplica aos TRE's e TSE)	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
64	Gestão de Pessoas	64 – Alínea “g”	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
65	Gestão de Pessoas	65 – Alínea “h”	Resolução CNJ no 102/2009 e art. 108 da Lei nº 13.242/2015.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
66	Gestão de Pessoas	66 – O Anexo V da Resolução CNJ no 102/2009?	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexoiv	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
67	Gestão de Pessoas	67 – O Anexo VI da Resolução CNJ no 102/2009?	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexovi	DILOG	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
68	Gestão de Pessoas	68 – O Anexo VII da Resolução CNJ no 102/2009?	Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-anexovii/	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
69	Gestão de Pessoas	69 – Semestralmente, a Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), na qual constem todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos servidores, cargos efetivos, cargos em comissão e funções ocupadas?	Art. 6º, VII, “b”, da Resolução CNJ no 215/2015, c/c o art. 15, parágrafo único, da Resolução CNJ no 219/2016.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-tlp	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
70	Gestão de Pessoas	70 – A relação de membros e servidores que se encontram afastados para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública?	Art. 6º, VII, “e”, da Resolução CNJ no 215/2015.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/servidores-em-outros-orgaos/	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	
71	Gestão de Pessoas	71 – A remuneração e os proventos de membros, servidores,	Art. 6º da Resolução CNJ no 215/2015,	https://www.tjac.jus.br/resolucao-102/	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ N.º 102/2009	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
		ativo, aposentado, pensionista e colaboradores?	c/c a Resolução CNJ no 102/2009.					
72	Gestão de Pessoas	72 – Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do favorecido, além da data, o destino, o motivo da viagem e o valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos?	Art. 3º, VI, da Resolução CNJ no 102/2009.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/diarias-e-passagens-concedidas/	DIFIC/DILOG	Mensal	Resolução COJUS Nº 52/2021	116
73	Gestão de Pessoas	73 – O tribunal divulga os nomes dos servidores que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral?	Art. 5º, § 8º, da Resolução CNJ no 227/2016.	https://www.tjac.jus.br/teletrabalho/	DIPES	Mensal	Resolução CNJ Nº 227/2016	
74	Gestão de Pessoas	74 – O tribunal divulga na internet a relação dos profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos? (Não se aplica ao CJF, CSJT, CNJ)	Art. 3º da Resolução CNJ no 233/2016.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos/	DIINS	Semestral	Resolução CNJ Nº 233/2016	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
75	Auditoria e Prestação de Contas	75 – Prestações de contas do ano anterior?	Art. 8º, II, primeira parte, e III, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais sobre prestação de contas.	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos/	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC Nº 255 de 2021; Resolução CNJ Nº 309 de 2020; Lei Nº 4.320 de 1964; Lei Complementar Nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC Nº 87/2013	
76	Auditoria e Prestação de Contas	76 – Relatório Anual das Atividades Exercidas, Certificado de Auditoria contendo o Parecer do Órgão de Controle Interno (órgãos federais) e demais exigências da legislação de prestação de contas (órgãos estaduais)?	Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ nº 308/2020; art. 13, § 6º, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais.	https://www.tjac.jus.br/adm/audin/	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC Nº 255 de 2021; Resolução CNJ Nº 309 de 2020; Lei Nº 4.320 de 1964; Lei Complementar Nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC Nº 87/2013	112 (não há sistema e sim publicação de relatórios periódicos)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
77	Auditoria e Prestação de Contas	77 – Publicação da decisão quanto à regularidade das contas proferida pelo Órgão de Controle Externo?	Acórdão TCU no 2.622/2015 – Plenário. Boas Práticas.	https://www.tjac.jus.br/adm/audin/	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC Nº 255 de 2021; Resolução CNJ Nº 309 de 2020; Lei Nº 4320 de 1964; Lei Complementar Nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC Nº 87 de 2013	
78	Auditoria e Prestação de Contas	78 – Plano Anual de Auditoria e Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud)?	Resolução CNJ no 309/2020, arts. 32 e 69.	https://www.tjac.jus.br/adm/audin/	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC Nº 255 de 2021; Resolução CNJ Nº 309 de 2020	
79	Sustentabilidade e Acessibilidade	79 – O Plano de Logística Sustentável (PLS)?	Resolução CNJ no 400/2021. Boas práticas.	https://www.tjac.jus.br/adm/nucleo-socioambiental-permanente/	NUSAP	Anual	Resolução TPADM Nº 258/2021	
80	Sustentabilidade e Acessibilidade	80 – Os planos de ação do PLS?	Boas práticas.	https://www.tjac.jus.br/adm/nucleo-socioambiental-permanente/	NUSAP	Anual	Resolução TPADM Nº 258/2021	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Link de Comprovação	Unidade Responsável – 2022	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
81	Sustentabilidade e e Acessibilidade	81— Os Relatórios anuais de desempenho do PLS?	Resolução CNJ no 400/2021. Boas práticas.	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-rsa	NUSAP	Anual	Resolução TPADM Nº 258/2021	
82	Sustentabilidade e e Acessibilidade	82— O tribunal/conselho utiliza intérprete de linguagem brasileira de sinais em manifestações públicas?	Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ no 401/2021.	https://www.youtube.com/watch?v=UoC1scT03Mg	DIINS	NA	NA	
83	Sustentabilidade e e Acessibilidade	83— O tribunal/conselho utiliza legenda em manifestações públicas?	Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ no 401/2021.	https://www.instagram.com/reel/CUFpo6gAdJ4/?igshid=YmMyMTA2M2Y=	DIINS	NA	NA	
84	Sustentabilidade e e Acessibilidade	84— O tribunal/conselho utiliza audiodescrição em manifestações públicas?	Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ no 401/2021.	https://www.tjac.jus.br/adm/enderecos-e-telefones/	DIINS	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

ANEXO I
RANKING DA TRANSPARÊNCIA
(Alterado pela Portaria PRESI n. 1209, de 4.4.2024)

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
1	Gestão	1 – Planejamento Estratégico institucional publicado evidenciando objetivos estratégicos, metas, indicadores de desempenho?	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIGES	Biênio	Resolução TPADM nº 259/2021	-
2	Gestão	2 – Os resultados do Planejamento Estratégico institucional alcançados pelo órgão?	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIGES	Biênio	Resolução TPADM nº 259/2021	-
3	Gestão	3 – O registro das competências e responsabilidades do órgão?	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIINS	Anual	Resolução nº 52/2021	-
4	Gestão	4 – Estrutura organizacional, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as unidades?	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIINS	Anual	Lei Complementar nº 221/2010	105



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
5	Gestão	5—Os atos normativos expedidos pelo órgão?	Art. 6º, V, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIINS	Semanal	Resolução nº 52/2021	-
6	Gestão	6—Os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?	Boas práticas	DIGES	Anual	Resolução CNJ nº 325/2020	106
7	Gestão	7— Há campo/espço Estatística na página principal do órgão, com vistas a reunir dados abertos, painéis de bussiness Intelligence e relatórios estatísticos referente à atividade fim do Poder Judiciário, contendo o conteúdo mínimo definido na Portaria CNJ nº 119/2021, com link de acesso ao Painel de Estatística do DataJud, e as informações relacionadas no art.7º do referido normativo?	Resolução CNJ nº 333/2020 e Portaria CNJ nº 119/2021	ASEGD	NA	NA	-
8	Gestão	8—O site dispõe de mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e processos administrativos instaurados que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo?	Art. 6º, IX, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIINS	NA	NA	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
9	Audiências e Sessões	9 – As audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular?	Art. 9º, II, da Lei nº 9.527/2011.	DIINS	NA	Notícia	129,3
10	Audiências e Sessões	10 – O calendário das sessões colegiadas?	Art. 6º, VI, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIJUD	Semanal	NA	-
11	Audiências e Sessões	11 – A pauta de julgamentos?	Art. 7º, V, da Lei nº 12.527/2011.	DIJUD	Semanal	NA	-
12	Audiências e Sessões	12 – O site transmite ao vivo, pela internet, as sessões dos órgãos colegiados?	Art. 22 da Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	Semanal	Resolução nº 52/2021	-
13	Audiências e Sessões	13 – O órgão publica os vídeos das sessões dos colegiados?	Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	Semanal	Resolução nº 52/2021	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
14	Audiências e Sessões	14 – Resultados e atas das reuniões das comissões?	Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ nº 215/2015.	SEAPO	Mensal	Resolução nº 52/2021	107
15	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	15 – Telefone das unidades e horários de atendimento?	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	DRVAC	Mensal	Portaria nº 648/2021	105
16	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	16 – O campo denominado ‘Serviço de Informações ao Cidadão’ na página inicial?”	Art. 7º da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	NA	NA	105
17	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	17 – O sítio eletrônico tem uma dimensão denominada “Carta de Serviços ao Cidadão”?	Art. 7º da Lei nº 13.450/2017.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	110
18	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	18 – Há indicação do órgão ou unidade orgânica responsável pelo SIC?	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo—2022	Item—2022	Fundamento Normativo CNJ—2022	Unidade Responsável— 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E—Prevenção
19	Serviço de Informações ao Cidadão—SIC	19—Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) a que o cidadão possa entregar pessoalmente o pedido de acesso a informações?	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	-
20	Serviço de Informações ao Cidadão—SIC	20—Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no qual o cidadão possa enviar pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	Art.10 da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	-
21	Serviço de Informações ao Cidadão—SIC	21—O site indica a possibilidade de acompanhamento posterior do pedido de acesso à informação?	Art. 9º, I, alínea "b", e art. 10, § 2º, da Lei nº 12.527/2011.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	-
22	Serviço de Informações ao Cidadão—SIC	22—As Respostas às Perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)?	Art. 6º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	-
23	Serviço de Informações ao Cidadão—SIC	23—Relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	Art. 41, III, da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo—2022	Item—2022	Fundamento Normativo CNJ—2022	Unidade Responsável— 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E—Prevenção
24	Serviço de Informações ao Cidadão—SIC	24—Link de acesso aos principais serviços de atendimento ao usuário (PJE, Balcao Virtual, Primeiro atendimento/Juizados Especiais)	Boas Práticas	OUVID	NA	NA	-
25	Ouvidoria	25—O site disponibiliza serviço que permita o registro de denúncias e reclamações?	Art.5º, da Resolução CNJ nº 432/2021	OUVID	NA	Lei nº 12.527/2011	-
26	Ouvidoria	26—O site disponibiliza serviço que permita o acompanhamento de denúncias e reclamações?	Art.5º, da Resolução CNJ nº 432/2021	OUVID	NA	Lei nº 12.527/2011	-
27	Ouvidoria	27—O site disponibiliza avaliação do serviço de registro de denúncias e reclamações?	Art.5º, da Resolução CNJ nº 432/2021	OUVID	NA	Lei nº 12.527/2011	-
28	Tecnologia da Informação e Comunicação	28—O órgão publica o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação—PDTIC, vigente?	Art. 6º, da Resolução CNJ nº 370/2021.	DITEG	Anual	NA	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
29	Tecnologia da Informação e Comunicação	29 – O órgão publica o Plano de Contratações de Soluções de TIC, vigente?	Arts. 4º e 5º, da Resolução CNJ nº 468/2022. Resolução CNJ nº 370/2021.	DITEC	NA	NA	-
30	Tecnologia da Informação e Comunicação	30 – O órgão possui Painel com Informações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação, que permita ao usuário a filtrar, consultar e até extrair dados públicos?	Art. 7º da Resolução CNJ nº 370/2021, associado às boas práticas previstas na Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	NA	NA	-
31	Tecnologia da Informação e Comunicação	31 – O portal (sítio) institucional possibilita a extração de relatórios em diversos formatos eletrônicos, preferencialmente abertos, e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV, RTF), de modo a facilitar a análise das informações?	Art. 6º, § 4º, III, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	NA	NA	-
32	Tecnologia da Informação e Comunicação	32 – O portal (sítio) institucional possibilita o acesso automatizado por sistemas externos (ex: webservices ou api's) em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina?	Art. 6º, § 4º, III, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	NA	NA	-
33	Gestão Orçamentária	33 – Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo I da Resolução CNJ nº 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c a Resolução CNJ nº 102/2009.	DIFIC	Mensalmente	Resolução COJUS nº 52/2021.	117,118,119



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
34	Gestão Orçamentária	34 – Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo II da Resolução CNJ nº 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c a Resolução CNJ nº 102/2009.	DIFIC	Mensalmente	Resolução COJUS nº 52/2021.	117,118,119, 122
35	Gestão Orçamentária	35 – A íntegra do quadro de detalhamento da despesa da Proposta Orçamentária com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição? (Não se aplica a TRES, TSE, STJ, TST, CSJT, CNJ e CJF)	Art. 4º, I, da Resolução CNJ nº 195/2014.	DIGES	Anual	Resolução CNJ nº 195/2021	124
36	Gestão Orçamentária	36 – A íntegra do quadro de detalhamento da despesa da Lei Orçamentária com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição? (Não se aplica a TRES, TSE, STJ, TST, CSJT, CNJ e CJF)	Art. 4º, I da Resolução CNJ nº 195/2014.	DIGES	Anual	Resolução COJUS nº 52/2021.	-
37	Gestão Orçamentária	37 – O mapa demonstrativo da execução orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas por grau de jurisdição? (Não se aplica a TRES, TSE, STJ, TST, CSJT, CNJ e CJF)	Art. 9º da Resolução CNJ nº 195/2014.	DIFIC	Anual	Resolução COJUS nº 52/2021.	121, 123
38	Gestão Orçamentária	38 – O “Relatório de Gestão Fiscal”?	Art. 55, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.	DIFIC	Quadrimestral	Resolução COJUS nº 52/2021.	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
39	Gestão Orçamentária	39 – O mapa anual dos precatórios? (Não se aplica aos TREs, STM, TSE, CJF, CSJT, CNJ e TST)	§ 1º do art. 85 da Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2019	SEPRE	Anual	Resolução CNJ nº 303/2019	-
40	Gestão Orçamentária	40 – A relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	Art. 128 da Lei nº 13.898/2019.	DIFIC	Anual	Resolução COJUS nº 52/2021.	-
41	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	41 – A íntegra dos ‘Estudos Técnicos Preliminares da Contratação’, desde que não tenha sido considerada sigilosa?	Acórdão TCU nº 2622/2015 – TCU – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	-
42	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	42 – A íntegra do Mapa Comparativo de Preços, documento que contém a informação conclusiva sobre o ‘Valor Estimado da Licitação’, desde que não tenha sido considerada sigiloso?	Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	-
43	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	43 – A íntegra dos editais de licitação com os respectivos anexos (o anexo do edital inclui projeto básico ou termo de referência, minuta da ata de registro de preços, quando for o caso, e minuta de contrato)?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	125, 126, 127



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
44	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	44 – A íntegra dos questionamentos apresentados entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	-
45	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	45 – A íntegra das impugnações apresentadas entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	-
46	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	46 – O nome do vencedor da licitação?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	-
47	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	47 – A íntegra dos contratos firmados?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 – Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	128
48	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	48 – A íntegra dos instrumentos que substituem o contrato?	Art. 62 da nº Lei 8.666/1993, os art. 91 e 95 da Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 12.527/2011	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
49	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	49— A íntegra dos Termos Aditivos assinados?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015— Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	-
50	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	50— A íntegra do Projeto Básico, Termo de Referência e documento similar, desde que não tenha sido considerado sigiloso?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015— Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	-
51	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	51— A íntegra da autorização da dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que não tenha sido considerado sigilosa?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015— Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	-
52	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	52— O órgão publica no sítio eletrônico a íntegra dos instrumentos de cooperação (convênios, termos de cooperação, de compromisso, protocolo de intenções, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres) vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	Art. 129 da Lei nº 13.242/2015.	DIGES	Quadrimestral	Resolução COJUS nº 52/2021.	115



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
53	Gestão de Pessoas	53 – O Anexo III-a da Resolução CNJ nº 102/2009?	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIPES	Anual	Resolução CNJ nº 102/2009	-
54	Gestão de Pessoas	54 – O Anexo III-b da Resolução CNJ nº 102/2009?	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIPES	Anual	Resolução CNJ nº 102/2009	-
55	Gestão de Pessoas	55 – O Anexo III-c da Resolução CNJ nº 102/2009?	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	-
56	Gestão de Pessoas	56 – Alínea “a”	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	-
57	Gestão de Pessoas	57 – Alínea “b”	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
58	Gestão de Pessoas	58 – Alínea “c”	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	-
59	Gestão de Pessoas	59 – Alínea “d”	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	-
60	Gestão de Pessoas	60 – Alínea “e” (Não se aplica a TRE's e TSE)	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	-
61	Gestão de Pessoas	61 – Alínea “f” (Não se aplica a TRE's e TSE)	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	-
62	Gestão de Pessoas	62 – Alínea “g”	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo—2022	Item—2022	Fundamento Normativo CNJ—2022	Unidade Responsável— 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E—Prevenção
63	Gestão de Pessoas	63—Alínea “h”	Resolução CNJ nº 102/2009 e art. 108 da Lei nº 13.242/2015.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	-
64	Gestão de Pessoas	64—O Anexo V da Resolução CNJ nº 102/2009?	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	-
65	Gestão de Pessoas	65—O Anexo VI da Resolução CNJ nº 102/2009?	Resolução CNJ nº 102/2009.	DILOG	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	-
66	Gestão de Pessoas	66—O Anexo VII da Resolução CNJ nº 102/2009?	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	-
67	Gestão de Pessoas	67—Semestralmente, a Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), na qual constem todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos servidores, cargos efetivos, cargos em comissão e funções ocupadas?	Art. 6º, VII, “b”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o art. 15, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 219/2016.	DIPES	Semestral	Resolução CNJ nº 102/2009	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
68	Gestão de Pessoas	68 – A relação de membros e servidores que se encontram afastados para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública?	Art. 6º, VII, “e”, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	-
69	Gestão de Pessoas	69 – A remuneração e os proventos de membros, servidores, ativo, aposentado, pensionista e colaboradores?	Art. 6º da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c a Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	-
70	Gestão de Pessoas	70 – Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do favorecido, além da data, o destino, o motivo da viagem e o valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos?	Art. 3º, VI, da Resolução CNJ nº 102/2009.	DIFIC/DILOG	Mensal	Resolução COJUS nº 52/2021	116
71	Gestão de Pessoas	71 – O tribunal divulga os nomes dos servidores que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral?	Art. 5º, § 8º, da Resolução CNJ nº 227/2016.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 227/2016	-
72	Gestão de Pessoas	72 – O tribunal divulga na internet a relação dos profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos? (Não se aplica ao STM, CNJ, CJP, STJ, TSE, TST, CSJT, e TRE's)	Art. 3º da Resolução CNJ nº 233/2016.	DIINS	Mensal	Resolução CNJ nº 233/2016	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
73	Auditoria e Prestação de Contas	73 – Prestações de contas do ano anterior?	Art. 8º, II, primeira parte, e III, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais sobre prestação de contas.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4.320 de 1964; Lei Complementar nº101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87/2013	-
74	Auditoria e Prestação de Contas	74 – Relatório Anual das Atividades Exercidas	Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ nº 308/2020; art. 13, § 6º, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4.320 de 1964; Lei Complementar nº101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87/2013	112 (não há sistema e sim publicação de relatórios periódicos)
75	Auditoria e Prestação de Contas	75 – Certificado de Auditoria contendo o Parecer do Órgão de Controle Interno (órgãos federais) e demais exigências da legislação de prestação de contas (órgãos estaduais)?	Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ nº 308/2020; art. 13, § 6º, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais.	AUDIN	NA (Depende de publicação do TCE)	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4.320 de 1964; Lei Complementar nº101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87/2013	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
76	Auditoria e Prestação de Contas	76 – Publicação da decisão quanto à regularidade das contas proferida pelo Órgão de Controle Externo?	Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário. Boas Práticas.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4320 de 1964; Lei Complementar nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87 de 2013	-
77	Auditoria e Prestação de Contas	77 – Plano Anual de Auditoria	Resolução CNJ nº 309/2020 – Seção IV.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020	-
78	Auditoria e Prestação de Contas	78 – Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud)?	Resolução CNJ nº 309/2020, arts. 69 a 73.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020	-
79	Sustentabilidade e Acessibilidade	79 – O Plano de Logística Sustentável (PLS)?	Resolução CNJ nº 400/2021. Boas práticas.	NUSAP	Anual	Resolução TPADM nº 258/2021	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo—2022	Item—2022	Fundamento Normativo CNJ—2022	Unidade Responsável— 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E—Prevenção
80	Sustentabilidade e Acessibilidade	80—Os planos de ação do PLS?	Boas práticas.	NUSAP	Anual	Resolução TPADM nº 258/2021	-
81	Sustentabilidade e Acessibilidade	81—O relatório anual de desempenho do PLS?	Resolução CNJ nº 400/2021. Boas práticas.	NUSAP	Anual	Resolução TPADM nº 258/2021	-
82	Sustentabilidade e Acessibilidade	82—A composição e o contato da Comissão Gestora do PLS?	Boas práticas.	NUSAP	Anual	Resolução TPADM nº 258/2021	-
83	Sustentabilidade e Acessibilidade	83—O órgão utiliza intérprete de linguagem brasileira de sinais em manifestações públicas?	Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ nº 401/2021.	DIINS	NA	NA	-
84	Sustentabilidade e Acessibilidade	84—O órgão utiliza legenda em manifestações públicas?	Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ nº 401/2021.	DIINS	NA	NA	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2022	Item – 2022	Fundamento Normativo CNJ – 2022	Unidade Responsável – 2024	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E – Prevenção
85	Sustentabilidade e Acessibilidade	85—O órgão utiliza audiodescrição em manifestações públicas?	Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ nº 401/2021.	DIINS	NA	NA	-
86	Sustentabilidade e Acessibilidade	86—O portal (sítio) institucional permite o acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência, em atendimento ao estabelecido pela Resolução CNJ nº 215/2015 (Art. 6º, § 4º, VIII) e em aderência ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG)?	Art. 6º, § 4º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015; art. 8º, § 3º, VIII, da Lei nº 12.527/2011; art. 17 da Lei nº 10.098/2000; art. 9º da Convenção sobre os Direitos as Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186/2008; art. 2º, § 2º, da Resolução CNJ nº 401/2021; Boas Práticas previstas Resolução CNJ nº 370/2021.	DIINS	NA	NA	-



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

ANEXO I
RANKING DA TRANSPARÊNCIA
(Alterado pela Portaria PRESI n. 1047, de 7.3.2025)

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
1	Gestão	1— Planejamento Estratégico institucional publicado evidenciando objetivos estratégicos, metas, indicadores de desempenho?	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIGES	Biênio	Resolução TPADM nº 259/2021	
2	Gestão	2— Os resultados do Planejamento Estratégico institucional alcançados pelo órgão?	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIGES	Biênio	Resolução TPADM nº 259/2021	
3	Gestão	3— O registro das competências e responsabilidades do órgão?	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIGES	Anual	Resolução nº 52/2021	
4	Gestão	4— Estrutura organizacional, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as unidades?	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIGES	Anual	Lei Complementar nº 221/2010	105



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
5	Gestão	5—Os atos normativos expedidos pelo órgão?	Art. 6º, V, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIINS	Semanal	Resolução nº 52/2021	
6	Gestão	6—Os dados gerais para o acompanhamento de programas, ações e projetos?	Boas práticas	DIGES	Anual	Resolução CNJ nº 325/2020	106
7	Gestão	7—Há campo/espço Estatística na página principal do órgão, com vistas a reunir dados abertos, painéis de bussiness Intelligence e relatórios estatísticos referente à atividade fim do Poder Judiciário, contendo o conteúdo mínimo definido na Portaria CNJ nº 119/2021, com link de acesso ao Painel de Estatística do DataJud, e as informações relacionadas no art. 7º do referido normativo?	Resolução CNJ nº 333/2020 e Portaria CNJ nº 119/2021	ASEGD	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
8	Gestão	8—O sítio eletrônico dispõe de mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e processos administrativos instaurados que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo?	Art. 6º, IX, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIINS	NA	NA	
9	Audiências e Sessões	9—As audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular?	Art. 9º, II, da Lei nº 9.527/2011.	DIGES	NA	Notícia	129,3
10	Audiências e Sessões	10—O calendário das sessões colegiadas?	Art. 6º, VI, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIJUD	Semanal	NA	
11	Audiências e Sessões	11—A pauta de julgamentos?	Art. 7º, V, da Lei nº 12.527/2011.	DIJUD	Semanal	NA	
12	Audiências e Sessões	12—O sítio eletrônico transmite ao vivo, pela internet, as sessões dos órgãos colegiados?	Art. 22 da Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	Semanal	Resolução nº 52/2021	
13	Audiências e Sessões	13—O órgão publica os vídeos das sessões dos colegiados?	Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	Semanal	Resolução nº 52/2021	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
14	Audiências e Sessões	14 – Resultados e atas das reuniões das comissões?	Art. 7º, V, da Lei nº 12.527/2011	SEAPO	Mensal	Resolução nº 52/2021	107
15	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	15 – Telefone das unidades e horários de atendimento?	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015	DRVAC	Mensal	Portaria nº 648/2021	105
16	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	16 – O campo denominado ‘Serviço de Informações ao Cidadão’ na página inicial?”	Art. 7º da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	NA	NA	105
17	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	17 – O sítio eletrônico tem uma dimensão denominada “Carta de Serviços ao Cidadão”?	Art. 7º da Lei nº 13.460/2017.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	110
18	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	18 – Há indicação do órgão ou unidade orgânica responsável pelo SIC?	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
19	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	19 – Existe indicação precisa no site de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) a que o cidadão possa entregar	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
		peçoalmente o pedido de acesso a informações?					
20	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	20 – Existe indicação precisa no sítio eletrônico de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no qual o cidadão possa enviar pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	Art.10 da Resolução CNJ nº 215/2015, e boas práticas.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
21	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	21 – O sítio eletrônico indica a possibilidade de acompanhamento posterior do pedido de acesso à informação?	Art. 11, § 4º, da Lei nº 12.527/2011.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
22	Serviço de Informações ao Cidadão – SIC	22 – O tribunal informa a possibilidade de interposição de recurso contra o indeferimento de pedido de acesso à informação ou às razões da negativa de acesso, com indicação de prazo, condições para interposição e autoridade	Art. 10, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUVID	Anual	Lei nº 12.527/2011	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
		competente para sua apreciação?					
23	Serviço de Informações ao Cidadão – SIG	23 – As Respostas às Perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)?	Art. 6º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
24	Serviço de Informações ao Cidadão – SIG	24 – Relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	Art. 41, III, da Resolução CNJ nº 215/2015.	OUID	Anual	Lei nº 12.527/2011	
25	Serviço de Informações ao Cidadão – SIG	25 – Link de acesso aos principais serviços de atendimento ao usuário (PJE, Balcão Virtual, Primeiro atendimento/Juízados Especiais)	Boas Práticas	OUID	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
26	Ouvidoria	26 – O sítio eletrônico disponibiliza página da Ouvidoria, que permita o registro de denúncias, reclamação e outros tipos de manifestação?	Art. 5º, da Resolução CNJ nº 432/2021, e boas práticas	OUVID	NA	Lei nº 12.527/2011	
27	Ouvidoria	27 – O sítio eletrônico indica a possibilidade de acompanhamento de manifestações registradas na Ouvidoria?	Art. 5º, da Resolução CNJ nº 432/2021	OUVID	NA	Lei nº 12.527/2011	
28	Ouvidoria	28 – O sítio eletrônico disponibiliza avaliação do serviço prestado pela Ouvidoria?	Art. 5º, da Resolução CNJ nº 432/2021	OUVID	NA	Lei nº 12.527/2011	
29	Tecnologia da Informação e Comunicação	29 – O órgão publica o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação- PDTIC, vigente?	Art. 6º, da Resolução CNJ nº 370/2021.	DITEC	Anual	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
30	Tecnologia da Informação e Comunicação	30—O órgão publica o Plano de Contratações de Soluções de TIC, vigente?	Arts. 4º e 5º, da Resolução CNJ nº 468/2022. Resolução CNJ nº 370/2021.	DITEC	NA	NA	
31	Tecnologia da Informação e Comunicação	31—O órgão possui Painel visual de informações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação, que permita ao usuário filtrar, consultar e até extrair dados públicos?	Art. 7º da Resolução CNJ nº 370/2021, associado às boas práticas previstas na Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	NA	NA	
32	Tecnologia da Informação e Comunicação	32—O sítio eletrônico institucional possibilita a extração de relatórios em diversos formatos eletrônicos, preferencialmente abertos, e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV, RTF), de modo a facilitar a análise das informações?	Art. 6º, § 4º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
33	Tecnologia da Informação e Comunicação	33—O sítio eletrônico institucional possibilita o acesso automatizado por sistemas externos (ex: webservices ou api's) em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina?	Art. 6º, § 4º, III, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DITEC	NA	NA	
34	Gestão Orçamentária	34— Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo I da Resolução CNJ nº 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c a Resolução CNJ nº 102/2009.	DIFIC	Mensalmente	Resolução COJUS nº 52/2021.	117,118,119
35	Gestão Orçamentária	35— Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira na forma do Anexo II da Resolução CNJ nº 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c a Resolução CNJ nº 102/2009.	DIFIC	Mensalmente	Resolução COJUS nº 52/2021.	117,118,119, 122
36	Gestão Orçamentária	36— A íntegra do quadro de detalhamento da despesa da Proposta Orçamentária com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição?	Art. 4º, I, da Resolução CNJ nº 195/2014.	DIFIC	Anual	Resolução CNJ nº 195/2021	124



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
37	Gestão Orçamentária	37 – A íntegra do quadro de detalhamento da despesa da Lei Orçamentária com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição?	Art. 4º, II da Resolução CNJ nº 195/2014.	DIFIG	Anual	Resolução COJUS nº 52/2021.	
38	Gestão Orçamentária	38 – O mapa demonstrativo da execução orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas por grau de jurisdição?	Art. 9º da Resolução CNJ nº 195/2014.	DIFIG	Anual	Resolução COJUS nº 52/2021.	121, 123
39	Gestão Orçamentária	39 – O "Relatório de Gestão Fiscal"?	Art. 55, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal. nº 101/2000.	DIFIG	Quadrimestral	Resolução COJUS nº 52/2021.	
40	Gestão Orçamentária	40 – O mapa anual dos precatórios?	§ 1º do art. 85 da Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2019.	SEPRE	Anual	Resolução CNJ nº 303/2019	
41	Gestão Orçamentária	41 – A relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	Art. 128 da Lei nº 13.898/2019.	DIFIG	Anual	Resolução COJUS nº 52/2021.	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
42	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	42— A íntegra dos ‘Estudos Técnicos Preliminares da Contratação’, desde que não tenha sido considerada sigilosa?	Acórdão TCU nº 2622/2015— TCU— Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	
43	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	43— A íntegra do Mapa Comparativo de Preços, documento que contém a informação conclusiva sobre o ‘Valor Estimado da Licitação’, Dispensa de Licitação ou Inexigibilidade de Licitação, desde que não tenha sido considerado sigiloso?	Acórdão TCU nº 2622/2015— Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	
44	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	44— A íntegra dos editais de licitação com os respectivos anexos (o anexo do edital inclui projeto básico ou termo de referência, minuta da ata de registro de preços, quando for o caso, e minuta de contrato)?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015— Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	125, 126, 127



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
45	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	45— A íntegra dos pedidos de esclarecimento apresentados entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 — Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	
46	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	46— A íntegra das impugnações apresentadas entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 — Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	
47	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	47— O nome do vencedor da licitação?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 — Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	
48	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	48— A íntegra dos contratos firmados?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU no 2622/2015 — Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	128



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
49	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	49— A íntegra dos instrumentos que substituem o contrato?	Art. 62 da nº Lei 8.666/1993, os art. 91 e 95 da Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 12.527/2011	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	
50	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	50— A íntegra dos Termos Aditivos assinados?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015 — Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	
51	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	51— A íntegra do Projeto Básico, Termo de Referência e documento similar, desde que não tenha sido considerado sigiloso?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015 — Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	
52	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	52— A íntegra da autorização da dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que não tenha sido considerado sigilosa?	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o Acórdão TCU nº 2622/2015 — Plenário.	DILOG	Semanal	Resolução COJUS nº 52/2021.	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
53	Licitações, Contratos e Instrumentos de Cooperação	53—A íntegra dos instrumentos de cooperação (convênios, termos de cooperação, de compromisso, protocolo de intenções, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres) vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	Art. 129 da Lei nº 13.242/2015.	DIGES	Quadrimestral	Resolução COJUS nº 52/2021.	115
54	Gestão de Pessoas	54—O Anexo III-a da Resolução CNJ nº 102/2009 (estrutura remuneratória dos cargos efetivos)?	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIPES	Anual	Resolução CNJ n.º 102/2009	
55	Gestão de Pessoas	55—O Anexo III-b da Resolução CNJ nº 102/2009 (estrutura remuneratória dos cargos em comissão e das funções de confiança)?	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIPES	Anual	Resolução CNJ nº 102/2009	
56	Gestão de Pessoas	56—O Anexo III-c da Resolução CNJ nº 102/2009 (estrutura remuneratória de membros da magistratura)?	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIPES	Anual	Resolução CNJ nº 102/2009	
57	Gestão de Pessoas	57—Alínea “a” (cargos efetivos do quadro de pessoal do órgão)	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
58	Gestão de Pessoas	58 – Alínea “b” (cargos em comissão e funções de confiança do quadro de pessoal do órgão)	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
59	Gestão de Pessoas	59 – Alínea “c” (origem funcional dos (as) ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança)	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
60	Gestão de Pessoas	60 – Alínea “d” (situação funcional dos (as) servidores (as) ativos (as) do quadro de pessoal do órgão).	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
61	Gestão de Pessoas	61 – Alínea “e” (cargos de magistrados (as) do quadro de pessoal do órgão)	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
62	Gestão de Pessoas	62 – Alínea “f” (situação funcional dos (as) magistrados (as) ativos (as) do quadro de pessoal do órgão)	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
63	Gestão de Pessoas	63 – Alínea “g” (magistrados (as) não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão)	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
64	Gestão de Pessoas	64— Alínea “h” (quantitativos de beneficiários (as) e dependentes de benefícios assistenciais)	Resolução CNJ nº 102/2009 e art. 108 da Lei nº 13.242/2015.	DIPES	Quadrimestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
65	Gestão de Pessoas	65— O Anexo V da Resolução CNJ nº 102/2009 (divulgação da relação completa de membros da magistratura e demais agentes públicos efetivos (as) ou não)/?	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	
66	Gestão de Pessoas	66— O Anexo VI da Resolução CNJ nº 102/2009 (relação completa dos (as) empregados (as) de empresas contratadas, em exercício nos órgãos)?	Resolução CNJ nº 102/2009.	DILOG	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	
67	Gestão de Pessoas	67— O Anexo VII da Resolução CNJ nº 102/2009 (divulgação da relação completa de servidores (as) e/ou empregados (as) não integrantes do quadro próprio, em exercício no órgão mediante requisição, cessão, exercício temporário ou qualquer outra forma, excluídos (as) os (as) ocupantes de cargo em	Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
		comissão e funções de confiança)?					
68	Gestão de Pessoas	68— A Tabela de Lotação de Pessoal (TLP), na qual constem todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos (as) servidores (as), cargos efetivos, cargos em comissão e funções ocupadas?	Art. 6º, VII, “b”, da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c o art. 15, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 219/2016.	DIPES	Semestral	Resolução CNJ nº 102/2009	
69	Gestão de Pessoas	69— A relação de membros e servidores (as) que se encontram afastados (as) para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública?	Art. 6º, VII, “e”, da Resolução CNJ nº 215/2015.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	
70	Gestão de Pessoas	70— A remuneração e os proventos de membros, servidores (as), ativo (a), aposentado (a), pensionista e colaboradores (as)?	Art. 6º da Resolução CNJ nº 215/2015, c/c a Resolução CNJ nº 102/2009.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 102/2009	
71	Gestão de Pessoas	71— Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do (a) favorecido (a), além de data, destino, motivo da viagem e	Art. 3º, VI, da Resolução CNJ nº 102/2009.	DIFIC/DILOG	Mensal	Resolução COJUS nº 52/2021	116



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
		valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos?					
72	Gestão de Pessoas	72 – O tribunal divulga os nomes dos (as) servidores (as), que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral?	Art. 5º, § 8º, da Resolução CNJ nº 227/2016.	DIPES	Mensal	Resolução CNJ nº 227/2016	
73	Gestão de Pessoas	73 – O tribunal divulga no sítio eletrônico a relação dos (as) profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos?	Art. 3º da Resolução CNJ nº 233/2016.	GAAUX1	Mensal	Resolução CNJ nº 233/2016	
74	Auditoria e Prestação de Contas	74 – Prestações de contas do ano anterior?	Art. 8º, II, primeira parte, e III, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais sobre prestação de contas.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4.320 de 1964; Lei Complementar nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87/2013	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
75	Auditoria e Prestação de Contas	75 – Publicação da decisão quanto à regularidade das contas proferidas pelo Órgão de Controle Externo?	Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ nº 308/2020.	AUDIN	NA	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4.320 de 1964; Lei Complementar nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87/2013	112 (não há sistema e sim publicação de relatórios periódicos)
76	Auditoria e Prestação de Contas	76 – Certificado de Auditoria contendo o Parecer do Órgão de Controle Interno (órgãos federais) e demais exigências da legislação de prestação de contas (órgãos estaduais)?	Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ nº 308/2020; art. 13, § 6º, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4.320 de 1964; Lei Complementar nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87/2013	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
77	Auditoria e Prestação de Contas	77 – Plano Anual de Auditoria (PAA)?	Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário. Boas Práticas.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020; Lei nº 4320 de 1964; Lei Complementar nº 101 de 2000; Resolução TCE/AC nº 87 de 2013	
78	Auditoria e Prestação de Contas	78 – Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC-Aud)?	Resolução CNJ nº 309/2020 – Seção IV.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020	
79	Auditoria e Prestação de Contas	79 – Relatório Anual das Atividades Exercidas?	Resolução CNJ nº 309/2020, arts. 69 a 73.	AUDIN	Anual	Resolução TPADM/TJAC nº 255 de 2021; Resolução CNJ nº 309 de 2020	
80	Sustentabilidade e Acessibilidade	80 – O Plano de Logística Sustentável (PLS)?	Resolução CNJ nº 400/2021. Boas práticas.	NUSAP	Anual	Resolução TPADM nº 258/2021	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
81	Sustentabilidade e Acessibilidade	81 – O plano de ação do PLS?	Boas práticas.	NUSAP	Anual	Resolução TPADM nº 258/2021	
82	Sustentabilidade e Acessibilidade	82 – O relatório anual de desempenho do PLS?	Resolução CNJ nº 400/2021. Boas práticas.	NUSAP	Anual	Resolução TPADM nº 258/2021	
83	Sustentabilidade e Acessibilidade	83 – A composição e o contato da Comissão Gestora do PLS?	Boas práticas.	NUSAP	Anual	Resolução TPADM nº 258/2021	
84	Sustentabilidade e Acessibilidade	84 – O órgão utiliza intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em manifestações públicas?	Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ nº 401/2021.	SEREP	NA	NA	
85	Sustentabilidade e Acessibilidade	85 – O órgão disponibiliza o planejamento das ações de acessibilidade?	Art. 7º, II, e art. 19 da Resolução CNJ nº 4001/2021 – Boas práticas.	Núcleo de Acessibilidade	Anual	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

Item	Eixo – 2025	Item – 2025	Fundamento Normativo CNJ	Unidade Responsável – 2025	Periodicidade de Atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
86	Sustentabilidade e Acessibilidade	86—O órgão apresenta relatório anual de ações de acessibilidade?	Art. 23, VII, da Resolução CNJ nº 4001/2021 – Boas práticas.	Núcleo de Acessibilidade	NA	NA	
87	Sustentabilidade e Acessibilidade	87—O sítio eletrônico institucional permite o acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência, em atendimento ao estabelecido pela Resolução CNJ nº 215/2015 (Art. 6º, § 4º, VIII) e em aderência ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG)?	Art.6º, § 4º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015; art. 8º, § 3º, VIII, da Lei nº 12.527/2011; art.17 da Lei nº 10.098/2000; art. 9º da Convenção sobre os Direitos as Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186/2008; art. 2º, § 2º, da Resolução CNJ nº 401/2021; Boas Práticas previstas Resolução CNJ nº 370/2021.	Núcleo de Acessibilidade	NA	NA	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

ANEXO I
RANKING DA TRANSPARÊNCIA

Unidade Responsável	Eixo 2026	Item 2026	Valor 2026	Fundamentação/ Normativo
SEGOV	GESTÃO	1 – Planejamento Estratégico Institucional publicado evidenciando objetivos estratégicos, metas, indicadores de desempenho?	3	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015.
SEGOV	GESTÃO	2 – Os resultados do Planejamento Estratégico Institucional alcançados pelo órgão?	3	Art. 6º, I, da Resolução CNJ nº 215/2015.
SEGOV	GESTÃO	3 – Estrutura organizacional, demonstrada de forma textual ou gráfica, que apresente claramente a relação hierárquica entre as unidades?	1	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.
SEGOV	GESTÃO	5 – O portfólio de projetos e programas institucionais?	3	Boas práticas.
CONJU	GESTÃO	4 – Os atos normativos expedidos pelo órgão?	3	Art. 6º, V, da Resolução CNJ nº 215/2015.
SEGOV	GESTÃO	6 – A execução e os recursos de projetos?	1	Boas práticas.
SEGOV	GESTÃO	7 – Campo/espço Estatística na página principal, com vistas a reunir, no mínimo, os dados das metas, despesas e dados orçamentários, de recursos humanos e de remuneração, além do Painei de Estatísticas do DataJud, conforme conteúdo mínimo definido na Portaria Presidência nº 119/2021 e as informações relacionadas no art. 7º do referido normativo?	3	Resolução CNJ nº 333/2020 e Portaria CNJ nº 119/2021.
SETIC	GESTÃO	8 – O mecanismo que possibilite o acompanhamento dos respectivos procedimentos e processos administrativos	3	Art. 6º, IX, da Resolução CNJ nº 215/2015.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

		instaurados que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo?		
SEGOV	AUDIÊNCIAS E SESSÕES	9 – Audiências públicas, consultas públicas ou outras formas de participação popular, em área específica no portal destinada à divulgação de informações sobre?	1	Art. 9º, II, da Lei nº 9.527/2011.
SEJUD	AUDIÊNCIAS E SESSÕES	10 – O calendário das sessões colegiadas?	3	Art. 6º, VI, da Resolução CNJ nº 215/2015.
SEJUD	AUDIÊNCIAS E SESSÕES	11 – A pauta de julgamentos?	3	Art. 7º, V, da Lei nº 12.527/2011.
SECOM	AUDIÊNCIAS E SESSÕES	12 – A transmissão ao vivo, pela internet, das sessões dos órgãos colegiados e disponibiliza a íntegra da transmissão em vídeo ou áudio dos vídeos no respectivo sítio eletrônico?	3	Art. 22 da Resolução CNJ nº 215/2015.
COPAD	AUDIÊNCIAS E SESSÕES	13 – Resultados e atas das reuniões das comissões?	3	Art. 7º, V, da Lei nº 12.527/2011.
SEINF	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC	14 – Informações sobre atendimento ao público, incluindo horários, locais, endereços e telefones de suas unidades?	1	Art. 6º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.
OUVIDORIA	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC	15 – O campo denominado ‘Serviço de Informações ao Cidadão’ na página inicial?	3	Art. 7º da Resolução CNJ nº 215/2015.
OUVIDORIA	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC	16 – Uma dimensão denominada "Carta de Serviços ao Cidadão"?	1	Lei nº 13.460/2017, art. 7º.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

OUVIDORIA	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC	17 – A indicação do órgão ou unidade orgânica responsável pelo SIC?	3	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015.
OUVIDORIA	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC	18 – A indicação precisa de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) a que o cidadão possa entregar pessoalmente o pedido de acesso a informações?	2	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015.
OUVIDORIA	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC	19 – A indicação precisa de funcionamento de um Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) no qual o cidadão possa enviar pedidos de informação de forma eletrônica (e-SIC)?	3	Art. 10 da Resolução CNJ nº 215/2015, e boas práticas.
OUVIDORIA	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC	20 – A indicação no sítio eletrônico da possibilidade de acompanhamento posterior do pedido de acesso à informação?	2	Art. 11, § 4º, da Lei nº 12.527/2011
OUVIDORIA	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC	21 – A informação da possibilidade de interposição de recurso contra o indeferimento de pedido de acesso à informação ou às razões da negativa do acesso, com indicação de prazo, condições para interposição e autoridade competente para sua apreciação?	3	Art. 10, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.
OUVIDORIA	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC	22 – As Respostas às perguntas mais frequentes da sociedade (FAQ)?	1	Art. 6º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

OUVIDORIA	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC	23 – Relatório estatístico anual contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes?	1	Art. 41, III, da Resolução CNJ nº 215/2015.
OUVIDORIA	OUVIDORIA	25 – O sítio eletrônico disponibiliza página da Ouvidoria, que permita o registro de denúncias, reclamações e outros tipos de manifestação?	3	Resolução CNJ nº 432/2021, art. 5º, e boas práticas.
SEINF	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC	24 – Link de acesso aos principais serviços de atendimento ao usuário? (PJE, Balcão Virtual, Primeiro Atendimento/Juizados Especiais)	3	Boas Práticas.
OUVIDORIA	OUVIDORIA	26 – O sítio eletrônico indica a possibilidade de acompanhamento de manifestações registradas na Ouvidoria?	2	Resolução CNJ nº 432/2021, art. 5º.
OUVIDORIA	OUVIDORIA	27 – O sítio eletrônico disponibiliza avaliação do serviço prestado pela Ouvidoria?	2	Resolução CNJ nº 432/2021, art. 5º.
SETIC	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	29 – O sítio eletrônico institucional possibilita a extração de relatórios em diversos formatos eletrônicos, preferencialmente abertos, e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV, RTF), de modo a facilitar a análise das informações?	2	Art. 6º, § 4º, II, da Resolução CNJ nº 215/2015.
SETIC	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	30 – O sítio eletrônico institucional possibilita o acesso automatizado por sistemas externos (ex: webservices ou api's) em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina?	2	Art. 6º, I e § 4º, III, da Resolução CNJ nº 215/2015.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

SETIC	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	28 – O órgão possui Painel visual de informações relacionadas à Tecnologia da Informação e Comunicação, que permita ao usuário filtrar, consultar e até extrair dados públicos?	3	Art. 7º da Resolução CNJ nº 370/2021, associado às boas práticas previstas na Resolução CNJ nº 215/2015.
SEGOF	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	31 – Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira, na forma do Anexo I da Resolução CNJ nº 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	3	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c Resolução CNJ nº 102/2009.
SEGOF	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	32 – Mensalmente, os dados de sua gestão orçamentária e financeira, na forma do Anexo II da Resolução CNJ nº 102/2009? (Não se aplica ao CSJT)	3	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c Resolução CNJ nº 102/2009.
SEGOF	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	33 – A íntegra do quadro de detalhamento da despesa da Proposta Orçamentária com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição? (Não se aplica a TRES, TSE, STJ, TST, CSJT, CNJ e CJP)	3	Art. 4º, I, da Resolução CNJ nº 195/2014.
SEGOF	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	34 – A íntegra do quadro de detalhamento da despesa da Lei Orçamentária com a distribuição dos recursos por grau de jurisdição? (Não se aplica a TRES, TSE, STJ, TST, CSJT, CNJ e CJP)	3	Art. 4º, II, da Resolução CNJ nº 195/2014.
SEGOF	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	35 – O Mapa Demonstrativo da Execução Orçamentária do ano anterior, com indicação das despesas realizadas por grau de jurisdição? (Não se aplica a TRES, TSE, CSJT, CJP, CNJ, STJ e TST)	3	Art. 9º da Resolução CNJ nº 195/2014.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

SEGOF	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	36 – O ‘Relatório de Gestão Fiscal’? (Não se aplica ao CSJT)	3	Art. 55, § 2º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/200).
COGEP	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	37 – O mapa anual dos precatórios? (Não se aplica a TRES, STM, TSE, CJP, CSJT, CNJ e TST)	3	§ 1º do art. 85 da Resolução nº 303, de 18 de dezembro de 2019.
SEGOF	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	38 – A relação dos contratados, com os respectivos valores pagos nos últimos três anos, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	2	Art. 128 da Lei nº 13.898/2019.
SELGA	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	39 – A íntegra dos ‘Estudos Técnicos Preliminares da Contratação’, desde que não tenham sido considerados sigilosos?	3	Acórdão TCU nº 2622/2015 – TCU – Plenário.
SELGA	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	40 – A íntegra do Mapa Comparativo de Preços, documento que contém a informação conclusiva sobre o valor estimado da Licitação, Dispensa de Licitação ou Inexigibilidade de Licitação, desde que não tenha sido considerado sigiloso?	3	Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.
SELGA	LICITAÇÕES, CONTRATOS E	41 – A íntegra dos editais de licitação com os respectivos anexos (o anexo do edital inclui projeto básico ou termo de referência, minuta da ata de registro de preços, quando for o caso, e minuta de contrato)?	2	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

	INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO			
SELGA	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	42 – A íntegra dos pedidos de esclarecimento apresentados entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	2	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.
SELGA	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	43 – A íntegra das impugnações apresentadas entre a publicação do Edital e a abertura da sessão pública?	2	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.
SELGA	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	44 – O nome do vencedor da licitação?	2	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.
SELGA	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	45 – A íntegra dos contratos firmados?	3	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.
SELGA	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	46 – A íntegra dos instrumentos que substituem o contrato?	3	Art. 62 da nº Lei 8.666/1993, arts. 91 e 95 da Lei nº 14.133/2021 e Lei nº 12.527/2011



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

	INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO			
SELGA	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	47 – A íntegra dos Termos Aditivos assinados?	3	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.
SELGA	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	48 – A íntegra do Projeto Básico, Termo de Referência e documento similar, desde que não tenha sido considerado sigiloso?	3	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.
SELGA	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	49 – A íntegra da autorização da dispensa ou inexigibilidade de licitação, desde que não tenha sido considerada sigilosa?	3	Art. 6º, VII, “a”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c Acórdão TCU nº 2622/2015 – Plenário.
SELGA	LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO	50 – A íntegra dos instrumentos de cooperação (convênios, termos de cooperação, de compromisso, protocolo de intenções, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres) vigentes, exceto os sigilosos, nos termos da legislação?	3	Art. 129 da Lei nº 13.242/2015.
SEGEF	GESTÃO DE PESSOAS	51 – O Anexo III–a da Resolução CNJ nº 102/2009 (estrutura remuneratória dos cargos efetivos)?	3	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	52 – O Anexo III–b da Resolução CNJ nº 102/2009 (estrutura remuneratória dos cargos em comissão e das funções de confiança)?	3	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015.
SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	53 – O Anexo III–c da Resolução CNJ nº 102/2009 (estrutura remuneratória de membros da magistratura)?	3	Art. 6º, VII, “c”, da Resolução CNJ nº 215/2015.
SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	54 – Alínea “a” (cargos efetivos do quadro de pessoal do órgão)	2	Resolução CNJ nº 102/2009.
SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	55 – Alínea “b” (cargos em comissão e funções de confiança do quadro de pessoal do órgão)	2	Resolução CNJ nº 102/2009.
SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	56 – Alínea “c” (origem funcional dos(as) ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança)	1	Resolução CNJ nº 102/2009.
SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	57 – Alínea “d” (situação funcional dos(as) servidores(as) ativos(as) do quadro de pessoal do órgão)	1	Resolução CNJ nº 102/2009.
SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	58 – Alínea “e” (cargos de magistrados(as) do quadro de pessoal do órgão) (Não se aplica a TRE's e TSE)	2	Resolução CNJ nº 102/2009.
SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	59 – Alínea “f” (situação funcional dos(as) magistrados(as) ativos(as) do quadro de pessoal do órgão) (Não se aplica a TRE's e TSE)	2	Resolução CNJ nº 102/2009.
SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	60 – Alínea “g” (magistrados(as) não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão)	2	Resolução CNJ nº 102/2009.
SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	61 – Alínea “h” (quantitativos de beneficiários(as) e dependentes de benefícios assistenciais)	3	Resolução CNJ nº 102/2009 e art. 108 da Lei nº 13.242/2015.
SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	62 – O Anexo V da Resolução CNJ nº 102/2009 (divulgação da relação completa de membros da magistratura e demais agentes públicos, efetivos(as) ou não)?	1	Resolução CNJ nº 102/2009.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	63 – O Anexo VI da Resolução CNJ nº 102/2009 (relação completa dos(as) empregados(as) de empresas contratadas, em exercício nos órgãos)?	3	Resolução CNJ nº 102/2009.
SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	64 – O Anexo VII da Resolução CNJ nº 102/2009 (divulgação da relação completa de servidores(as) e/ou empregados(as) não integrantes do quadro próprio, em exercício no órgão mediante requisição, cessão, exercício temporário ou qualquer outra forma, excluídos(as) os(as) ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança)?	1	Resolução CNJ nº 102/2009.
SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	65 – A Tabela de Lotação de Pessoal (TLP) na qual constem todas as unidades administrativas e judiciárias, com identificação nominal dos(as) servidores(as), cargos efetivos, cargos em comissão e funções ocupadas?	1	Art. 6º, VII, “b”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c art. 15, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 219/2016.
SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	66 – A relação de membros e servidores(as) que se encontram afastados(as) para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública?	2	Art. 6º, VII, “e”, da Resolução CNJ nº 215/2015.
SEGEPI	GESTÃO DE PESSOAS	67 – A remuneração e os proventos de membros, servidores(as), ativo(a), aposentado(a), pensionista e colaboradores(as)?	3	Art. 6º da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c Resolução CNJ nº 102/2009.
COGER	GESTÃO DE PESSOAS	70 – No sítio eletrônico a relação dos(as) profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos? (Não se aplica ao STM, CNJ, CJP, CSJT, STJ, TSE, TST e TRE's).	2	Art. 3º da Resolução CNJ nº 233/2016.
SEINF/SEGOPI	GESTÃO DE PESSOAS	68 – Mensalmente, as diárias e passagens concedidas, por nome e cargo do(a) favorecido(a), além de data, destino, motivo da viagem e valor das diárias pagas e dos bilhetes emitidos?	3	Art. 3º, VI, da Resolução CNJ nº 102/2009.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

SEGEF	GESTÃO DE PESSOAS	69 – Os nomes dos(as) servidores(as) que atuam no regime de teletrabalho, com atualização mínima semestral?	2	Art. 5º, § 8º, da Resolução CNJ nº 227/2016.
AUDIN	AUDITORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	71 – Prestações de contas do ano anterior?	3	Art. 8º, II, primeira parte, e III, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais sobre prestação de contas.
AUDIN	AUDITORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	72 – Publicação da decisão quanto à regularidade das contas proferida pelo Órgão de Controle Externo?	3	Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ nº 308/2020.
AUDIN	AUDITORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	73 – Certificado de Auditoria contendo o Parecer do Órgão de Controle Interno (órgãos federais) e demais exigências da legislação de prestação de contas (órgãos estaduais)?	3	Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ nº 308/2020; art. 13, § 6º, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais. Art. 13, § 6º, da IN TCU nº 84/2020, e legislações estaduais.
AUDIN	AUDITORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	74 – Plano Anual de Auditoria (PAA)?	1	Acórdão TCU nº 2.622/2015 – Plenário. Boas Práticas.
AUDIN	AUDITORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	75 – Plano Anual de Capacitação de Auditoria (PAC–Aud)?	1	Resolução CNJ nº 309/2020, Seção IV.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

AUDIN	AUDITORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	76 – Relatório Anual das Atividades Exercidas?	3	Resolução CNJ nº 309/2020, arts. 69 a 73.
COSUS	SUSTENTABILIDADE	77 – O Plano de Logística Sustentável (PLS)?	3	Resolução CNJ nº 400/2021. Boas práticas.
COSUS	SUSTENTABILIDADE	78 – O plano de ação do PLS?	3	Boas práticas.
COSUS	SUSTENTABILIDADE	79 – O relatório anual de desempenho do PLS?	3	Resolução CNJ nº 400/2021. Boas práticas.
SECOM/ASPEC	ACESSIBILIDADE	80 – O órgão utiliza intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras) em manifestações públicas?	3	Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ nº 401/2021.
SEGOV	ACESSIBILIDADE	81 – O órgão disponibiliza o planejamento das ações de acessibilidade?	3	Art. 7º, II, e art. 19 da Resolução CNJ nº 401/2021.
SEGOV	ACESSIBILIDADE	82 – O órgão apresenta relatório anual de ações de acessibilidade?	3	Art.23, VII, da Resolução CNJ nº 401/2021. Boas práticas.
SETIC	ACESSIBILIDADE	83 – O sítio eletrônico institucional permite o acesso ao conteúdo para pessoas com deficiência, em atendimento ao estabelecido pela Resolução CNJ nº 215/2015 (Art. 6º, § 4º, VIII) e em aderência ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG)?	3	Art. 6º, § 4º, VIII, da Resolução CNJ nº 215/2015; art. 8º, § 3º, VIII, da Lei nº 12.527/2011; art. 17 da Lei nº 10.098/2000; art. 9º da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 186/2008; art. 2º, § 2º, da Resolução CNJ nº 401/2021; Boas Práticas previstas na Resolução CNJ nº 370/2021.

(Alterado pela Portaria PRESI n. 215, de 2.2.2026)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

ANEXO II
ITENS GERAIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Item	Descrição do item	Link da página	Unidade responsável	Periodicidade de atualização	Ato normativo
1	Produtividade de Magistrados e Magistradas		NUEGE	Mensal	Resolução TPADM nº 158/2013
2	Prestação pecuniária	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/prestacao-pecuniaria/	Juízo de Execução	Anual	Resolução CNJ Nº 154 de 13/07/2012 Provimento COGER nº 16/2016



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE
Tribunal de Justiça – Presidência

ANEXO II
ITENS GERAIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO
(Alterado pela Portaria PRESI n. 571/2022, de 1.6.2022)

Item	Descrição do item	Link da página	Unidade responsável	Periodicidade de atualização	Ato normativo	Item E-Prevenção
1	Produtividade de Magistrados e Magistradas		NUEGE	Mensal	Resolução TPADM nº 158/2013	
2	Prestação pecuniária	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/prestacao-pecuniaria/	Juízo de Execução	Anual	Resolução CNJ Nº 154 de 13/07/2012 Provimento COGER nº 16/2016	
3	Memorial de Obras	https://www.tjac.jus.br/portal-da-transparencia/projetos-e-obras-desenvolvidas/	DILOG	Mensal		108
4	Relação dos Veículos Oficiais	https://www.tjac.jus.br/transparencia/?tax=tipo-veic_ofic	DRVAC	Anual		109 (Veículos - DRVAC, outras informações não foram localizadas)
5	Consulta de Empenho	https://appgrp.tjac.jus.br/grp/contabilidade/acessoexterno/dotacaoEmpenhoExterno.faces	DIFIC	Mensal		113
6	Despesas	https://appgrp.tjac.jus.br/grp/contabilidade/acessoexterno/balanceteDespesaRubricaExterno.faces	DIFIC	Mensal		114
7	Receitas	https://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=80015	DIFIC	Mensal		120